



MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Finanças

CADERNO DE ENCARGOS

(Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, Retificado nos termos da Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro)

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL, EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO DO MUNICÍPIO DE POMBAL AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA O FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL – AQ-ELE-2015, LOTE 8 – AGREGADO (BTN, BTE, MT, AT, MAT, IP) DA ANCP (AGÊNCIA NACIONAL COMPRAS PÚBLICAS)

Processo n.º 100/AJD/SA/16

Aprovado em reunião de Câmara,
datada de 18 de Janeiro de 2017.



Parte I

Cláusulas Jurídicas

1. Objeto

1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal, em Baixa Tensão Especial e Média Tensão do Município de Pombal, ao abrigo do Acordo Quadro Para o Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre para Portugal Continental, AQ-ELE-2015, lote 8 - Agregado (BTN, BTE, MT, AT, MAT, IP), da ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas) – **Processo n.º 100/AJD/SA/16.**

1.2. O procedimento englobará o lote 8 Agregado, com a seguinte distribuição:

- 1.2.1. Lote 8.1 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 1,15 kVA;
- 1.2.2. Lote 8.2 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 6,90 kVA;
- 1.2.3. Lote 8.3 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 10,35 kVA;
- 1.2.4. Lote 8.4 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 17,25 kVA;
- 1.2.5. Lote 8.5 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 20,70 kVA;
- 1.2.6. Lote 8.6 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 34,75 kVA;
- 1.2.7. Lote 8.7 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 41,4 kVA;
- 1.2.8. Lote 8.8 – Baixa Tensão Especial (BTE);
- 1.2.9. Lote 8.9 – Média Tensão (MT);

1.3. As Especificações Técnicas do objeto do contrato constam do ANEXO III – Mapa de Quantificação e Avaliação das Propostas.

1.4. Desde já se indica a possibilidade de integração de novas instalações no presente Ajuste Direto, durante a vigência do Contrato, desde que se trate de repetição de aquisição de fornecimentos similares.

2. Representantes das partes

2.1. Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.



2.2. Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contatos dos respetivos representantes previstos nos números anteriores.

3. Contrato

3.1. O contrato, que será reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

3.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

3.2.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

3.2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

3.2.3. O presente Caderno de Encargos;

3.2.4. A proposta adjudicada;

3.2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

3.2.6. O Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental da Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E..

3.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3.4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3.2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

4. Duração do contrato

O contrato inicia-se na data de assinatura, e/ou a contar da data a partir da transferência efetiva do fornecimento para o novo comercializador. O contrato vigorará pelo prazo doze meses renovável por igual período até ao limite máximo de três anos e/ou até extinção da totalidade do valor adjudicado para este fornecimento, e/ou até à transferência efetiva do fornecimento para novo



MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Finanças

comercializador, aquando de nova contratação para este fornecimento, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

5. Preço Base

5.1. Para o presente procedimento é fixado o preço global anual de 1.265.916,57€, o que representa para o período de três anos previsto para a vigência do contrato um valor base de 3.797.749,71€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, totalizando o montante de 4.671.232,15€, sendo o valor estimado distribuído da seguinte forma:

- 5.1.1.** O preço base para o Lote 8.1 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 1,15 kVA, é de 2.939,85€, acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 3.616,02€;
- 5.1.2.** O preço base para o Lote 8.2 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 6,90 kVA, é de 2.048,76€, a que acresce IVA, à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 2.519,97€;
- 5.1.3.** O preço base para o Lote 8.3 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 10,35 kVA, é de 11.288,61€, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 13.884,99€;
- 5.1.4.** O preço base para o Lote 8.4 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 17,25 kVA, é de 5.150,91€, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 6.335,62€;
- 5.1.5.** O preço base para o Lote 8.5 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 20,70 kVA, é de 11.190,18€, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 13.763,92€;
- 5.1.6.** O preço base para o Lote 8.6 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 34,75 kVA, é de 74.811,39€, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 92.018,01€;
- 5.1.7.** O preço base para o Lote 8.7 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 41,4 kVA, é de 19.148,34€, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 23.552,46€;
- 5.1.8.** O preço base para o Lote 8.8 – Baixa Tensão Especial (BTE), é de 1.386.135,72€, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 1.704.946,94€;



- 5.1.9.** O preço base para o Lote 8.9 – Média Tensão (MT), é de 2.285.035,95€, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 2.810.594,22€;
- 5.2.** O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações do presente contrato.
- 5.3.** As propostas de valor superior ao preço base fixado serão excluídas, por força da disposição da alínea d) do n.º 2, do Artigo 70.º, do C.C.P.

6. Erros e omissões do caderno de encargos

- 6.1.** Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados deverão apresentar, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
- 6.1.1.** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- 6.1.2.** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- 6.1.3.** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
- 6.2.** A apresentação, por qualquer interessado, da lista referida no n.º 1, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
- 6.3.** As listas com a identificação dos erros e das omissões detetadas pelos interessados serão disponibilizadas em www.saphety.com, pela entidade adjudicante, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento ser imediatamente notificados daquele facto.
- 6.4.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
- 6.5.** A decisão prevista no número anterior será publicitada pela mesma forma em que o foram as peças do procedimento e junta a elas, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.



7. Obrigações principais do fornecedor

7.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

7.1.1. A obrigação do fornecimento de energia elétrica nos parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

7.1.2. Obrigação de disponibilização dos registos de leituras de contagem de Energia Elétrica à entidade adjudicante, quer através da faturação corrente quer em formato digital passível de integração em aplicação de registo e análise dos consumos da entidade adjudicante (Ficheiro Excel);

7.1.3. A contagem de Energia Elétrica é efetuada de acordo com o Ciclo Horário de Faturação Sem Ciclo para os Lotes:

Lote 8.1 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 1,15 kVA;

Lote 8.2 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 6,90 kVA;

Lote 8.3 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 10,35 kVA;

Lote 8.4 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 17,25 kVA;

Lote 8.5 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 20,70 kVA;

A contagem de Energia Elétrica é efetuada de acordo com o Ciclo Horário de Faturação Diário para os Lotes:

Lote 8.6 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 34,75 kVA;

Lote 8.7 – Baixa Tensão Normal (BTN), com 41,4 kVA;

Lote 8.8 – Baixa Tensão Especial (BTE);

A contagem de Energia Elétrica é efetuada de acordo com o Ciclo Horário de Faturação Semanal com Feriados para o Lote:

Lote 8.9 – Média Tensão (MT);

7.1.4. Obrigação de não ceder a sua posição contratual;

7.1.5. Obrigação de, em caso de mudança de comercializador, promover de imediato a comunicação do facto à plataforma de gestão de ligações, e o envio à entidade adjudicante de comprovativo de comunicação;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Finanças

7.1.6. Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

7.1.7. Obrigação de comunicar ao Município de Pombal a nomeação do gestor de cliente e quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;

7.1.8. Obrigação de emitir os relatórios previstos no Acordo Quadro e de enviá-los para o Município de Pombal.

7.2. A título acessório, o prestador de serviços ficará ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo.

8. Objecto do dever de sigilo

8.1. O fornecedor deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Pombal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

8.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

8.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

9. Prazo do dever de sigilo



MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Finanças

O dever de sigilo vigorará até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

10. Obrigações do Município de Pombal

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Município de Pombal fica obrigado a:

- 10.1.** Nomear um gestor de categoria responsável pela gestão do contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- 10.2.** Monitorizar o fornecimento no que respeita aos requisitos técnicos e níveis serviço, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- 10.3.** Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados ao abrigo do acordo quadro, sempre que lhe seja solicitado pela ANCP.

11. Preço contratual

- 11.1.** Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Pombal pagará, para o referido lote agregado, ao fornecedor o preço relativo às parcelas constantes na sua Proposta, em função do consumo efetivamente verificado, relativas às Componentes de Energia Ativa específicas do Mercado Liberalizado, de acordo com o especificado no Anexo II do Convite.
- 11.2.** Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas da Componente de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a proposta, nomeadamente:
 - a) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Tarifa Simples;



- b) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Ponta;
 - c) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas Cheias;
 - d) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Vazio;
 - e) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Super-vazio;
 - f) Componente de Rede relativa a Potência Contratada;
 - g) Componente de Rede relativa a Potência em Horas de Ponta;
- 11.3.** Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a proposta, nomeadamente:
- a) Energia Reativa Consumida;
 - b) Energia Reativa Fornecida;
 - c) Outras Taxas Legalmente Obrigatórias.
- 11.4.** Os preços constantes da Proposta não são revistos durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas tarifadas pela Entidade Reguladora de Serviços Energéticos (ERSE) a vigorar em cada ano civil.

12. Condições de pagamento

- 12.1.** As quantias devidas pelo Município de Pombal, nos termos do ponto anterior, deverão ser pagas pelo contraente público após a receção das respetivas faturas, em prazo não superior a 30 dias, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 12.2.** As faturas deverão ser enviadas para o Município de Pombal, utilizando o endereço de correio eletrónico fatura@cm-pombal.pt.
- 12.3.** Em caso de discordância por parte do Município de Pombal, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Finanças

- 12.4.** Para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato o concorrente a quem for adjudicado o fornecimento deve prestar, no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 89.º do CCP, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
- 12.5.** A caução referida no número anterior deve ser prestada:
- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo estado português.
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução.

13. Extinção de Caução

- 13.1.** A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituosos, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 13.2.** A resolução do contrato pela entidade adjudicante, não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.
- 13.3.** A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.
- 13.4.** A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295º do CCP, ou seja, 30 (trinta) dias após o cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais.

14. Resolução por parte da entidade adjudicante

- 14.1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no



caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

- 14.2.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

15. Resolução por parte do adjudicatário

- 15.1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 15.2.** No caso previsto do nº1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

16. Força maior

- 16.1.** A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao fornecedor.
- 16.2.** Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 16.3.** Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 16.4.** Não constituirão casos de força maior:
- 16.4.1.** As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Finanças

- 16.4.2.** As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- 16.4.3.** As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
- 16.4.4.** Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- 16.4.5.** As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor, não resultantes de sabotagem;
- 16.4.6.** Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 16.5.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 16.6.** A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

17. Resolução de litígios

- 17.1.** Foro competente para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

18. Comunicações e notificações

- 18.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 18.2.** Qualquer comunicação feita por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados considera-se recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a entidade adjudicante e efetuadas em dia não útil ou após as



MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Finanças

17 horas de dia útil, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

18.3. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

19. Deveres de informação

19.1. Cada uma das partes deve informar de imediato a co-contratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respectivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

19.2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

20. Transição dos serviços objeto do contrato

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para a entidade adjudicante ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

21. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

22. Produção de efeitos

O Contrato entra em vigor na data da sua assinatura e produz efeitos, em relação a cada um dos Locais de Consumo, individualmente considerados, na data em que estes reunirem as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento



MUNICÍPIO DE POMBAL

Departamento Municipal de Finanças

de energia eléctrica por comercializadores, que não o comercializador de último recurso, incluindo os procedimentos de mudança de fornecedor.

23. Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO III - MAPA DE QUANTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

LOTE 8.1 - AGREGADO LOCAIS DE CONSUMO ABASTECIDOS EM BAIXA TENSÃO NORMAL COM 1,15 KVA

NIPC PT506334562 - MUNICÍPIO DE POMBAL

Energia activa [€/kWh]	
	Tarifa simples

TARIFAS DE ACESSO ÀS REDES

Energia activa [€/kWh]		0,0999
	Tarifa simples	
Potência [€/dia]	Contratada	0,0496
Imposto sobre consumo electricidade [€/kWh]		0,0010
Contribuição Audio Visual		2,6500

PT0002000087388246SW	18,10	0,00	38,96	0,00	0,00	0,39	31,80	89,26
PT0002000110204694KJ	18,10	0,00	44,96	0,00	0,00	0,45	31,80	95,31
PT0002000120557758KH	18,10	0,00	20,98	0,00	0,00	0,21	31,80	71,09
PT0002000120298239PP	18,10	0,00	17,48	0,00	0,00	0,18	31,80	67,56
PT0002000120289056TW	18,10	0,00	19,98	0,00	0,00	0,20	31,80	70,08
PT0002000120298217FD	18,10	0,00	30,47	0,00	0,00	0,31	31,80	80,68
PT0002000120289078RR	18,10	0,00	16,98	0,00	0,00	0,17	31,80	67,06
PT0002000120298285XP	18,10	0,00	9,99	0,00	0,00	0,10	31,80	59,99
PT0002000120298274DC	18,10	0,00	21,48	0,00	0,00	0,22	31,80	71,60
PT0002000120289045EZ	18,10	0,00	29,47	0,00	0,00	0,30	31,80	79,67
PT0002000120289001CQ	18,10	0,00	17,48	0,00	0,00	0,18	31,80	67,56
ESTIMATIVA ANUAL								
								819,86

ANEXO III - MAPA DE QUANTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS
 LOTE 8.3 - AGREGADO LOCAIS DE CONSUMO ABASTECIDOS EM BAIXA TENSÃO NORMAL COM 10,35 KVA

NIPC PT506334562 - MUNICÍPIO DE POMBAL

CPE (CIL)	Natureza Instalação	Morada	Localidade	Nível de Tensão	Ciclo Horário	Potência Contratada	Corrente Máxima	Consumo Horas Ponta	Consumo Horas Cheia	Consumo Horas Vazio	Consumo Horas Super Vazio	Consumo Total Anual	NDias Cons
PT0002000120298206YK	EEAR RUA FONTAINHA	EEAR RUA DA FONTAINHA - LAGOA - VERMOIL	VERMOIL	BTN	SEM CICLO	10,35	15,63		4530			4530	365,00
PT0002000120556824GG	EEEAR RUA JOSÉ GASPAS	EEAR RUA JOSÉ GASPAS - LAGOA - VERMOIL	VERMOIL	BTN	SEM CICLO	10,35	15,63		4530			4530	365,00
PT0002000120556802AM	EEAR RUA ELISA	EEAR RUA ELISA - ARNEIRO DO PISÃO - SANTIAGO LITEM	SANTIAGO LITEM	BTN	SEM CICLO	10,35	15,63		4530			4530	365,00
PT0002000120556846MA	EEAR RUA RAFAEL	EEAR RUA RAFAEL - PINHETE - SANTIAGO LITEM	SANTIAGO LITEM	BTN	SEM CICLO	10,35	15,63		4530			4530	365,00
												0	
												0	
												0	
												0	
												0	
												0	
												0	
												0	
												0	

PREÇOS PARCELARES PROPOSTOS

ESTIMATIVA DE CUSTOS ANUAIS

Energia activa [€/kWh]	Horas de ponta	
	Horas cheias	
	Horas de vazio	
	Horas de super vazio	

TARIFAS DE ACESSO ÀS REDES

Energia activa [€/kWh]	Horas de ponta	0,0685
	Horas cheias	0,0592
	Horas de vazio	0,0907
	Horas de super vazio	0,0282
Potência [€/kW.dia]	Contratada	0,0432
	Média tomada horas de ponta	0,6113
Energia reactiva [€/kVA.h]	Inductiva	0,0946
	Capacitiva	0,0264
Imposto sobre consumo electricidade [€/kWh]		0,0010
Contribuição Audio Visual [€/mês]		2,65

PT0002000121737633FQ	851,47	82.109,82	2.896	6.177	1.843	876	0	0	0	0	0	238	31,80	95.022,26
PT000200085776379ZK	652,95	13.833,72	561	683	103	23	20	62	182	21	182	24	31,80	16.198,20
PT0002000112257256TD	652,95	9.371,23	5.835	421	86	37	0	0	0	19	0	96	31,80	16.549,86
PT0002000113891766LR	652,95	12.718,10	477	1.041	240	156	19	46	9	35	9	38	31,80	15.464,57
PT0002000116236706JE	652,95	10.263,73	386	829	210	135	0	0	0	105	0	31	31,80	12.644,73
PT0002000113845244CP	652,95	3.346,87	132	292	124	77	0	1	21	8	21	14	31,80	4.700,90
PT0002000115718829ZJ	741,10	27.667,44	1.033	2.088	684	443	60	181	5.932	0	88	88	31,80	36.948,63
PT0002000113843431XN	652,95	13.833,72	520	1.058	305	193	22	60	165	38	165	42	31,80	16.921,99
PT0002000115176928MS	652,95	16.734,34	631	1.357	411	250	10	28	147	7	147	54	31,80	20.312,98
PT0002000027293231BP	1.103,76	6.693,74	1.370	3.552	553	395	11	17	10	26	10	112	31,80	13.876,19
PT0002000115566642KV	709,56	4.685,61	2.034	4.884	1.013	558	1.307	0	0	0	0	165	31,80	15.388,61
PT0002000112327522LX	1.009,15	2.231,25	404	302	187	48	128	0	0	0	0	19	31,80	4.360,39
ESTIMATIVA ANUAL														270.389,31

ANEXO III - MAPA DE QUANTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS
LOTE 8.9 - AGREGADO LOCAIS DE CONSUMO ABASTECIDOS EM MÉDIA TENSÃO

NIPC PT506334562 - MUNICÍPIO DE POMBAL

CPE (CIL)	Natureza Instalação	Morada	Localidade	Nível de Tensão	Ciclo Horário	Potência Máx. Adm.	Potência Contratada	Potência Méd. HPonta	Consumo Horas Ponta	Consumo Horas Cheia	Consumo Horas Vazio	Consumo Horas Super Vazio	Consumo Total Anual	Reactiva Indutiva (escalaço 1)	Reactiva Indutiva (escalaço 2)	Reactiva Indutiva (escalaço 3)	Reactiva Capacitiva	NDias Cons
PT0002000116998427WJ	ETAR GUIA	RUA GUIA POMBAL	GUIA	MT	SEMANAL C/FER.	160	74,40	279	23.325	92.340	65.812	37.377	218.854	11.280	6.808	1.317	0	365
PT0002000117087057RV	ETAR ALMAGREIRA	LAGARES - ALMAGREIRA	ALMAGREIRA	MT	SEMANAL C/FER.	250	116,25	201	12.564	46.708	31.758	17.333	108.363	5.924	5.490	4.825	720	365
PT0002000117140529AZ	ETA + FURO 1	RUA MATA DO URSO - CARRIÇO	CARRIÇO	MT	SEMANAL C/FER.	1600	744,00	2566	197.455	792.200	556.830	308.440	1.854.925	0	0	0	1.290	365
PT0002000117140575MZ	FURO 2	RUA MATA DO URSO - CARRIÇO	CARRIÇO	MT	SEMANAL C/FER.	160	74,40	136	8.300	41.445	26.213	14.940	90.898	0	0	0	765	365
PT0002000117140792SR	FURO 3	RUA MATA DO URSO - CARRIÇO	CARRIÇO	MT	SEMANAL C/FER.	160	74,40	146	14.840	43.120	32.840	14.860	105.660	0	0	0	900	365
PT0002000117140963EB	FURO 4	RUA MATA DO URSO - CARRIÇO	CARRIÇO	MT	SEMANAL C/FER.	160	74,40	405	31.220	131.270	92.739	45.000	300.229	0	0	0	410	365
PT0002000117366537SQ	EEA OUTEIRO DA RANHA	OUTEIRO DA RANHA - VERMOIL	VERMOIL	MT	SEMANAL C/FER.	160	74,40	74	5.110	21.030	14.805	5.020	45.965	2.635	2.510	4.290	225	365
PT0002000118216528G5	EEA CAXARIA	CAXARIA - CARRIÇO	CARRIÇO	MT	SEMANAL C/FER.	630	292,95	554	45.380	171.280	118.716	59.795	389.171	8.120	91	0	107	365
PT0002000118216517AQ	EEA P. I. POMBAL	LADEIRA - PARQUE IND. M. DA MOTA	POMBAL	MT	SEMANAL C/FER.	400	186,00	496	39.350	155.073	107.535	43.822	345.780	0	0	0	5.987	365
													0					
													0					
													0					
													0					

